



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2019

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva da PBGÁS submete ao Conselho de Administração, o Relatório Anual da Administração relativo ao exercício 2019, para apreciação e posterior publicação, conforme determinam os requisitos das Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16.

A PBGÁS encerrou 2019 com muitas conquistas, ciente da responsabilidade da implementação de ações necessárias para cumprimento de sua missão. Foram grandes os desafios encontrados, mas o esforço e austeridade empreendido pela gestão e colaboradores, proporcionou resultados positivos, não obstante a redução das vendas de gás natural em relação ao previsto no orçamento anual. Neste cenário marcado por retração das atividades econômicas, a diretoria não poupou esforços para manter o equilíbrio e a sustentabilidade dos negócios, sempre buscando uma gestão ativa para o melhor alcance das metas corporativas.

A companhia completou 25 anos em outubro, se consolidando como concessionária de serviço público de distribuição de gás natural com atuação exclusiva no Estado da Paraíba e com relevante atuação na ligação de usuários residenciais e comerciais por quilometro de redes de PEAD implantadas. Assim, em 2019 foram incorporados mais 6 km à rede de gás canalizado da PBGÁS, representando investimento total de R\$ 5,6 milhões, conectando mais 1.458 novos usuários.

Neste ano, a empresa marca a sua posição como concessionária de serviço público de distribuição de gás natural canalizado no Estado da Paraíba e realiza a mudança da sede para um prédio comercial no bairro do Miramar, para um espaço moderno e renovado, com maior visibilidade comercial e que ofereça aos seus usuários, colaboradores e demais públicos de interesse, melhores condições de trabalho e segurança em total alinhamento com os valores da Companhia.

Vários foram os desafios vencidos ao longo do ano. Ao final de junho de 2019, a empresa assinou com a Petrobras o aditivo nº 08 ao Contrato de Aquisição de Gás, cujo objeto foi a redução da Quantidade Diária Contratada de 315 mil m³/dia para 260 mil m³/dia, a vigorar a partir de 1º de Julho até 31 de Dezembro de 2019, visando adequar as condições de suprimento a nova realidade da Companhia e reequilíbrio econômico e financeiro do contrato. Ainda no primeiro semestre, a empresa participou da primeira chamada pública para aquisição de gás natural, em conjunto com as demais distribuidoras do Nordeste. Este certame resultou na assinatura do Contrato Firme Inflexível com a Petrobras, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2021. Desta forma, a empresa assegurou o suprimento de gás natural pelos próximos dois anos dentro das melhores condições possíveis, considerando-se o estágio atual de abertura do mercado de gás natural no Brasil.

A empresa promoveu a adequação de seu estatuto social e de seu modelo de Governança visando aprimorar os processos de Governança, Risco e Conformidade, em atendimento à Lei nº 13.303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste contexto a Companhia instituiu o Comitê de Auditoria Estatutário, como importante órgão de suporte ao Conselho de Administração da Companhia no que tange à auditoria e fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. Foram criados também a área de auditoria interna com intuito de avaliar a conformidade dos trabalhos, processos e resultados da Companhia com as normas dos órgãos que a regulam. Por fim foi criado o Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação que auxiliará os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

Com quase 20 mil usuários, a PBGÁS trabalha para ampliar este número de usuários, com a construção das redes de distribuição de gás natural para a região de Jardim Oceania, Bessa, Bancários e Bairro dos Estados. Em 2019, foi realizado o procedimento para a contratação dos serviços de expansão da rede em polietileno de alta densidade, em 20,5 km para atendimento destes bairros, além de interligar novos usuários nas áreas em que a empresa já possui gasodutos em operação.

Grandes desafios nos próximos anos são esperados, num contexto de mudanças regulatórias e da cadeia de suprimento do mercado do Gás Canalizado, e a Diretoria assume o compromisso de manter o empenho e a busca diligente para atingir as metas e resultados corporativos no cumprimento de sua missão de prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba.

A Diretoria.

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves
Diretor-Presidente em exercício
Diretor Administrativo e Financeiro

Paulo Sérgio de Sá Campos
Diretor Técnico-Comercial

2. A EMPRESA

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 5.680 de 17 de dezembro de 1992. Em 30 de dezembro de 1994 foi formalizado o contrato de Concessão para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba.

Com o início de suas operações, em 1995, a empresa iniciou efetivamente as atividades de distribuição de gás canalizado no Estado, conforme a Lei nº 9.493/94.

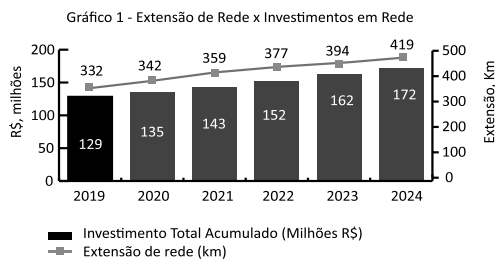
Desde a sua criação, a PBGÁS tem investido em infraestrutura de dutos de distribuição, realizando estudos técnicos e de mercado necessários à garantia de melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás canalizado no Estado, atendendo a usuários dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais.

Em 2019 a rede de distribuição alcançou 331 km de extensão, está presente em onze municípios do Estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A PBGÁS também atende com GNC (Gás Natural Comprimido), através do modal rodoviário, os municípios de Guarabira, Patos e Remígio.



- Atendidos por gasoduto
- Atendidos por modal rodoviário - GNC

Em 2020 a Companhia projeta uma expansão de rede em 11 km, já no Plano Plurianual de Negócios 2020 - 2024, projeta-se uma expansão média de 19 km de rede ao ano, durante quatro anos seguintes, elevando a extensão total para 419 km, em 2024. Merece destaque o investimento que será realizado entre 2021 e 2024 para o projeto Porto de Cabedelo, através da construção de 13,7 Km de gasoduto em aço.



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Missão	Visão 2023	Valores
Prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba	“Até 2023 ser reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão”	Ética, Confiança, Cuidado com as pessoas, Segurança e Satisfação dos Clientes

GOVERNANÇA

Em sua formação, a empresa tem a representação do Estado da Paraíba como acionista controlador, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, bem como dos acionistas Petrobras Gás S/A - GASPETRO, controlada da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

GOVERNO DA PARAÍBA	MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL	GASPETRO
AÇÕES ORDINÁRIAS		
51%	24,5%	24,5%
CAPITAL TOTAL		
17%	41,5%	41,5%

A Companhia Paraibana de Gás tem um conjunto de processos, políticas, regulamentos, que estabelecem como a Companhia é dirigida, administrada e controlada. A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é formada por: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação, Auditoria Interna e Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS: Órgão societário supremo, reúne-se anualmente após encerramento do exercício social, para apreciação de contas e propostas do conselho, deliberações, dividendos, eleger ou destituir componentes da administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Formado por 7 (sete) membros efetivos, para mandato de dois anos, sendo admitida uma reeleição. O Conselho se reúne, sempre que necessário. Compete ao órgão, mediante atribuições do estatuto, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, dentre outras atribuições.

CONSELHO FISCAL: Órgão independente formado por cinco conselheiros e seus respectivos suplentes, em número idêntico, eleitos pela Assembleia Geral. É responsável por fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

COMITÊ DE AUDITORIA: Órgão auxiliar e subordinado ao Conselho de Administração, exerce as funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. É composto por 03 (três) membros, todos eleitos pelo Conselho. O Comitê recebe denúncias, sigilosas ou não, que podem ser internas ou externas à Companhia, reunindo-se no mínimo uma vez a cada bimestre, ou sempre que necessário.

COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE E AVALIAÇÃO: Órgão eleito pela Assembleia Geral, integrado por 03 (três) membros, para auxiliar na verificação da conformidade do processo de indicação e na metodologia de avaliação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, e do Comitê de Auditoria Estatutário.

AUDITORIA INTERNA: Vinculada diretamente ao Conselho de Administração, compete aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento de riscos, dos processos de governança e a confiabilidade das demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA: É composta por três Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo responsável pelo funcionamento regular da Companhia, entre outras atribuições estatutárias. Seus membros têm mandato de dois anos, sendo admitida a reeleição, e devem se reunir pelo menos uma vez por mês ou extraordinariamente, quando houver demanda.

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba)
- Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba)
- Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba)
- Raimundo Barretto Bastos – Vice-Presidente - Mitsui Gás e Energia do Brasil
- Marcus Vinícius Torres Peganha – Membro (GASPETRO)
- Vitor Calazans Baroni – Membro (GASPETRO e Mitsui Gás e Energia do Brasil)

CONSELHO FISCAL

- Paulo Márcio Soares Madruga - Estado da Paraíba
- Severino Gilson Peixoto de Oliveira Júnior - Estado da Paraíba
- André Quirino Paiva - Estado da Paraíba
- Celso José de Faria Viana - GASPETRO
- Alyne Valentim Muniz – Mitsui Gás e Energia do Brasil

DIRETORIA EXECUTIVA

- Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves - Diretora-Presidente em exercício e Diretora Administrativa e Financeira (Mitsui Gás e Energia do Brasil)
- Paulo Sérgio de Sá Campos - Diretor Técnico-Comercial (GASPETRO)

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO:

- Victor Castro Dória de Almeida – Estado da Paraíba
- Roberto Pietz Schaly – Mitsui Gás e Energia do Brasil
- Daniele Melissa Guimarães da Silva – GASPETRO

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E AVALIAÇÃO:

- Érika Oliveira Del Pino - Presidente
- Dennison Silva de Melo – Membro
- Maria Ketiane da S. Azevêdo – Membro

AUDITORIA INTERNA:

- Pâmela Vital do Rêgo Freire



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

RECURSOS HUMANOS

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

O investimento contínuo na formação de seus empregados é uma premissa para a Companhia, dessa forma, em 2019, a PBGÁS continuou envidando esforços para consolidar as pessoas como pilar fundamental para a gestão da organização e ofereceu diversas formas de ações educacionais, tais como palestras, cursos, dentre outras.

A PBGÁS também manteve as iniciativas de capacitação, de forma a permitir diferentes formas de aprendizado e aprimoramento profissional dos seus empregados, oferecendo, além dos cursos de longa duração (Pós-Graduações e Idiomas), participações nos seguintes Cursos, Seminários e Congressos: SINAPI Avançado - Elaboração de Planilhas de Orçamentos de Obras; Contratos de Gás Natural – Principais Observações Sobre as Cláusulas e a Regulação; Entendendo o Mercado de GNV; Gestão Tributária de Contratos e Convênios; Treinamento de Engenharia da Confiabilidade; Engenharia da Confiabilidade; Automação Básica para a Distribuição de Gás Natural; Proteção Catódica na Distribuição; 19º Seminário Sobre Gás Natural; Rio Pipeline; Bens Imóveis e Móveis Arrendados; Avançando na Automação da Distribuição de Gás Natural; Semana Nacional de Estudos Avançados Sobre Pregão - 13º Pregão Week ; II Seminário Internacional de Mobilidade; Gestão Estratégica de Cobrança e Recuperação de Crédito Administrativa e Judicial; Formação de Auditores Interno; Lei Geral de Proteção de Dados; ITIL 4; Cobit 2019; Zabbix Corporate; NR – 33.

Foram promovidas, também em 2019, as seguintes palestras: Transtornos Psicossomáticos x Trabalho; Câncer de Mama – Outubro Rosa; Câncer de Próstata – Novembro Azul; DSTs e Aids; Regras Gerais de Segurança e Comportamento Seguro; Bem-estar no lugar onde estou.

BENEFÍCIOS

As pessoas constituem o ativo intangível e um diferencial competitivo em qualquer atividade empresarial. Deste modo, uma gestão voltada ao desenvolvimento de lideranças, programas de treinamentos de pessoal e benefícios e tem sido um objetivo constante para a Companhia.

Sempre buscando à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de seus empregados, a Companhia oferece os seguintes benefícios: Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológico; Seguro de Vida em Grupo, Auxílio Funeral, Previdência Privada; Auxílio Idiomas; Auxílio Pós-Graduação; Auxílio Creche; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência. As condições dos benefícios estão estabelecidas em Acordo Coletivo de Trabalho e em Instrumentos Normativos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

PRÁTICA DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS

A política interna de Cidadania Corporativa da companhia prevê investimentos por meio de apoio aos projetos de incentivo à cultura e ao esporte e as ações socioambientais, fundamentais a ampliação do impacto socioambiental positivo e o fortalecimento do relacionamento de confiança entre a PBGÁS e a sociedade. As ações empreendidas permitem que se visualize o forte comprometimento com os princípios e valores de confiança e cuidado com as pessoas preconizados nas declarações de identidade organizacional da Companhia. Dentre essas ações, destacam-se:

ESPORTE

APOIO A EQUIPE DA PARAÍBA DE BASQUETE SOBRE RODAS

No biênio de 2018 e 2019, a PBGÁS continuou investindo no Esporte com o apoio financeiro a Associação Atlética das Pessoas com Deficiência (AAPD), que possui equipes de basquete em cadeira de rodas, atletismo e natação.

A equipe de basquete vem representando bem a Paraíba e conquistou este ano o título de campeã brasileira da 2ª divisão, em Miterói – RJ. A equipe disputou a 1ª divisão do brasileiro em 2017 e 2018. Este ano a equipe competirá pela 2ª divisão do campeonato brasileiro e dos jogos escolares.

CORRIDA DOS PARQUES - ASSOCIAÇÃO PARQUE PARAHYBA

Apoio a 1ª Virada Cultural e Sustentável e da Corrida dos Parques que aconteceu nos dias 4, 5 e 6 de outubro no Parque Parahyba II. A programação contou com apresentações artísticas e esportivas, com a Feira Criativa, roda de capoeira e oficinas de práticas sustentáveis. O kit dos atletas trouxe material promocional da PBGÁS, já que a área do evento receberá em 2020 o maior volume de investimentos de expansão de rede de gás canalizado.

Seis corredores da PBGÁS participaram da corrida onde cada um recebeu uma muda e medalhas, confeccionadas em madeira de reflorestamento. Houve ação de plantio de árvores no próprio parque com ampla cobertura das principais emissoras de tevê da Capital.

CULTURA

Patrocínio ao Jacumã Jazz Festival que reuniu grandes nomes do jazz e do reggae na praça de eventos de Jacumã. Em sua segunda edição nos dias 20 e 21 de fevereiro, o evento reuniu cerca de 10 mil pessoas e a logo da PBGÁS esteve presente no palco principal, em dois balões promocionais e na abertura do Festival que contou também com o apoio da Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo (FUNESC), Governo da Paraíba e da Prefeitura do Conde.

30º SALÃO DE ARTESANATO PARAIBANO

A coleção Labirintos do Agreste com roupas e acessórios assinadas pelas mestras labirinteiras paraibanas e designers de moda foi apresentada durante o Salão do Artesanato da Paraíba. Essa coleção teve o apoio da PBGÁS. O ponto alto do evento se deu com a apresentação da coleção com a palestra do renomado designer de moda Ângelo Rafael.

Durante o evento foram homenageadas as labirinteiras Dona Dida, de Serra Rajada; Dona Terezinha, de Chã dos Pereiras; Dona Toinha (in memoriam), de Juarez Távora; Dona Antônia, do Quilombo Pedra D'água; Dona Marta, do distrito de Pontina, representadas por Dona Rita. As artesãs estão expondo produtos de casa, roupas e acessórios no hall de entrada do Salão de Artesanato.

CULTURA (LEI DE INCENTIVO À CULTURA)

PROJETO ITERATOS

Na cultura a companhia, por meio da Lei Rouanet, apoia o projeto Iteratos (mostra de teatro, dança e circo) realizado pela Fundação Espaço Cultural e o Grupo de teatro lavoura, com a realização de espetáculos a cada um final de semana do mês ao longo do ano.

BLOCO CAFUÇU 2019 E 2020

A PBGÁS como empresa que apoia a cultura no Estado da Paraíba, com o patrocínio ao projeto cultural do tradicional “bloco do Cafuçu 2020”, através da Lei Rouanet. A companhia realizou patrocínio na edição de 2019 com excelente retorno de visibilidade por meio de matérias na imprensa, postagens em redes sociais do bloco e da PBGÁS, banners nos palcos e fixação de blimps no baile e na saída do dando ampla visibilidade a marca PBGÁS.

EVENTOS DE MERCADO

- Patrocínio ao 1º Ciclo de Palestras do SINDUSCON/JP, em comemoração aos 40 anos de história da entidade;
- Patrocínio e participação na III EXPO CASA E CONDOMÍNIO – 2019;
- Patrocínio Institucional da FEIRA CONSTRUCON – Feira Brasileira da Indústria da Construção e Arquitetura;

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A PBGÁS busca consolidar as questões de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional como princípio das atividades da Companhia e compromisso permanente da força de trabalho. Com intuito de gerenciar os riscos e oportunidades de saúde e segurança ocupacional e da proteção ao meio ambiente a Companhia adota de forma estratégica um sistema de gestão com 15 Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, buscando melhorar continuamente o desempenho nestas áreas e desenvolver a Política de SMS.

Dentro deste contexto, em agosto de 2019, foi realizada pela GASPETRO e Mitsui Gás e Energia do Brasil o terceiro ciclo de Avaliação da Gestão de SMS da PBGÁS, cujo índice de aderência às 15 Diretrizes de SMS alcança o patamar dos 65%, denotando um esforço permanente da força de trabalho na avaliação contínua do desempenho e monitoramento do Sistema de Gestão de SMS em busca de melhoria.

A gestão integrada de Segurança, Meio Ambiente e Saúde para os contratados, fornecedores e parceiros busca incansavelmente ser compatível com o da PBGÁS através de controles, conformidade legal e padrões que estabelecem os requisitos mínimos de SMS a serem cumpridos durante a vigência contratual.

No âmbito da Gestão Socioambiental a PBGÁS integra o Comitê Gestor da mata Xém-Xém, e junto com outras entidades participa das ações de elaboração de plano de manejo para o parque localizado em Bayeux. Realiza também Estudos Ambientais e de Análise de Riscos dos seus empreendimentos de forma a promover uma estrutura de proteção ao meio ambiente, das pessoas e possibilitar respostas associadas com as necessidades socioeconômicas.

A PBGÁS atua no licenciamento ambiental de forma responsável e comprometida com a gestão de resíduos, com a racionalização do uso do solo, da água e do ar, tecnologias adotadas e produto distribuído “Gás Natural canalizado” que comparado a outros métodos construtivos minimizam os impactos a que a população está exposta, de forma a eliminar os perigos e minimizar os riscos Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional e Socioambientais tomando medidas preventivas e de proteção efetivas para sua força de trabalho e comunidade no entorno de suas atividades de distribuição de gás.

RISCOS E OPORTUNIDADES

Em 2019 a Companhia estabeleceu sua Política de Gestão de Riscos como processo estruturado para garantir razoável segurança aos

negócios, para o alcance de metas corporativas que estão associadas a Missão e Visão, em conformidade com as políticas, normas e regulamentações aplicáveis, inclusive o Código de Conduta e Integridade PBGÁS.

A Gestão de Riscos eleva nível de confiança nas variáveis resultantes do macro ambiente de negócios do setor de Gás Natural. A necessidade de monitoramento constante e detalhado dos riscos, busca estabelecer medidas eficazes de controle, elevando e contribuindo com a prevenção de impactos, do comportamento econômico, político, regulatório e local, ampliando o constante olhar em seus principais segmentos.

RESULTADOS 2019

Em 2019, a Companhia comercializou 87.126.604 m³ de gás natural, uma média de 238.703 m³ diários, que atendeu a um total de 19.473 usuários, sendo 43 industriais, 37 automotivos, 19.079 residenciais e 314 comerciais, um crescimento de 1.458 novos consumidores em relação a 2018.

Considerando a segmentação do mercado consumidor da Companhia, em termos de volumes, 65,4% corresponde ao segmento industrial, 30,5% ao segmento automotivo, 2,4% ao comercial e 1,7% ao residencial.

No âmbito do segmento industrial, as principais atividades econômicas que utilizam o gás natural em seus processos fabris no estado da Paraíba são: cerâmica, têxtil, calçados, bebidas e alimentos, papel e celulose, química e metalurgia.

O mercado industrial, com média de consumo, em 2019, de aproximadamente 156,1 mil m³/dia, concentra-se na Grande João Pessoa, com 26 usuários e em torno de 86% do volume diário comercializado. O restante são 17 usuários em Campina Grande, Queimadas e Ingá, todos consumindo 14% do gás industrial comercializado.

O mercado automotivo (GNV e GNC), por sua vez, com consumo médio de 72,8 mil m³/dia em 2019, está concentrado, igualmente, na Grande João Pessoa, com 27 postos (2 na cidade de Mamanguape) representando aproximadamente 76% do volume vendido para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 6 postos oferecendo o produto (um em Queimadas), o volume comercializado é da ordem de 16% do total. Um posto em Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável pela comercialização de 2% do total do segmento. Complementando o mercado automotivo, existem 3 postos abastecidos por GNC (um na cidade de Patos, a 175 km de Campina Grande, um na cidade de Remigio, a 40 km de Campina Grande, e um na cidade de Guarabira, a 60 km de João Pessoa), os quais representaram, juntos, 6% do volume comercializado no mês.

O mercado residencial e comercial encontra-se em fase de desenvolvimento, com previsão de atingir, até o final de 2024, 34.269 unidades consumidoras individuais residenciais e 535 unidades consumidoras individuais comerciais.

INVESTIMENTOS

Em 2019, o investimento total realizado pela Companhia totalizou R\$ 8.438.649, sendo 66,4% em expansão e saturação da rede de distribuição, 12,1% em segurança e melhoria da rede, 20,4% em gestão (softwares, hardwares, mobiliários e reformas) e 1% em outros.

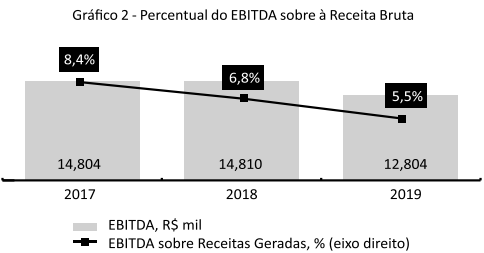
Resalta-se que os investimentos em saturação e expansão adicionaram aproximadamente 6 mil metros de dutos de distribuição, totalizando uma extensão de 332 km de Rede de Distribuição de Gás Natural na área de concessão.

RECEITA BRUTA

A receita bruta alcançou o montante de R\$ 233 milhões em 2019, valor que ficou aquém das expectativas para o ano em 16,4%, tendo em vista o baixo nível dos segmentos industrial e automotivo, que impactou os volumes de vendas de gás natural no estado.

EBITDA

O EBITDA (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização) em 2019 foi de R\$ 12,8 milhões, equivalente a 5,5% das receitas líquidas geradas no exercício.





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

FLUXO DE CAIXA

O saldo de caixa no final de 2019 foi de R\$ 24,8 milhões, valor este decorrente das atividades operacionais e de investimentos. Está previsto para abril de 2020 o pagamento integral da distribuição dos lucros relativos ao exercício de 2019, sendo R\$ 3.130.299,66 (três milhões, cento e trinta mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos) na forma de Juros sobre Capital Próprio (JSCP), valor líquido, e R\$ 599.659,35 (quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos) em Dividendos Adicionais.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido do exercício foi de R\$ 4,6 milhões em 2019, desempenho 47% abaixo do previsto. O cenário econômico nacional e local foram desfavoráveis, levando empresas de segmento industrial a limitar suas atividades, com atenção ao cerâmico, que reduziu a produção para ajustes de estoque ao longo do ano. Adicionalmente, as negociações para aditar o contrato de suprimento e ajustar a Quantidade Diária Contratada de gás, estendeu-se mais que o previsto, elevando consideravelmente o Encargo de Capacidade no ano, comprometendo o lucro projetado para exercício.

PLANO INVESTIMENTOS E PRINCIPAIS PROJETOS 2020

No horizonte dos próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um

total de R\$ 43,9 milhões, dos quais R\$ 34,3 milhões em rede de distribuição (expansão, saturação, segurança e melhoria).

Para 2020, a previsão é de realização de um investimento total da ordem de R\$ 7,2 milhões, com destaque para os seguintes projetos:

- a) Expansão Residencial e Comercial – João Pessoa (R\$ 2,4 milhões);
b) Expansão Residencial e Comercial – Borborema (R\$ 365 mil);
c) Saturação Industrial (R\$ 77,6 mil);
d) Saturação Residencial e Comercial – João Pessoa (R\$ 680,4 mil);
e) Saturação Residencial e Comercial – Borborema (R\$ 402,5 mil);
f) Segurança – Materiais e equipamentos (R\$ 65 mil);
g) Melhorias – Materiais e Equipamentos (R\$ 215 mil);
h) Melhorias – O&M (R\$ 420 mil);
i) Gestão – ERP/GGAS (R\$ 327,2 mil);
j) Gestão – Informática (R\$ 381,3 mil);
k) Gestão – Móveis e utensílios (R\$ 70 mil);
l) Gestão – Imóveis (R\$ 180 mil);
m) Pessoal em projetos de engenharia (R\$ 1,6 milhões).

No período 2021 a 2024 merecem destaque:

- a) Projeto Porto de Cabedelo de 2021 a 2024 (R\$ 5,7 milhões);
b) Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Borborema até 2023 (17,5 milhões);
c) Saturação Industrial (R\$ 376,5 mil);
d) Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial

João Pessoa e Borborema até 2023 (4,3 milhões);
e) Segurança – Materiais/equipamentos (R\$ 1,1 milhão);
f) Melhorias – O&M até 2021 (R\$ 150 mil);
g) Gestão – Informática até 2023 (R\$ 34 mil).

De forma resumida, a Tabela 1 a seguir apresenta a abertura dos investimentos por item (grupo de investimento) e por ano no período de 2020-2024.

Investimento	2020	2021	2022	2023	2024
Rede de Distribuição	4.653.168	6.640.390	7.027.641	8.074.731	7.891.073
Expansão	2.792.726	4.706.008	5.554.749	6.476.839	6.443.181
Saturação	1.160.442	1.309.382	1.132.892	1.132.892	1.132.892
Segurança	65.000	150.000	150.000	100.000	100.000
Melhoria	635.000	475.000	190.000	365.000	215.000
Gestão	958.556	34.020	0	0	0
Pessoal	1.587.843	1.637.316	1.729.852	1.790.850	1.892.023
Total	7.199.567	8.311.726	8.757.493	9.865.581	9.783.096

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - Em milhares de Reais

Ativos Circulantes	Notas	31/12/2019	31/12/2018	Passivos Circulantes	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.910	33.087	Fornecedores	11 e 20	10.334	11.875
Contas a receber de clientes	6	9.739	12.921	Empréstimos e Financiamentos	12	-	1.116
Contas a receber de parte relacionadas	6 e 20	-	754	Passivo de arrendamento	9	370	-
Estoques		1.994	2.505	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	13	1.808	2.143
Tributos a recuperar	7	1.638	1.000	Tributos a pagar	14	703	1.071
Créditos nas operações de aquisição de gás	8 e 20	126	128	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15 e 20	3.130	3.791
Despesas antecipadas		182	175	Débitos nas operações de venda de gás	16	22	71
Outros ativos		72	66	Outros passivos	17	246	314
Total dos ativos circulantes		38.661	50.636	Total dos passivos circulantes		16.613	20.381
Não Circulantes				Não Circulantes			
Depósitos judiciais		147	215	Passivo de arrendamento	9	1.279	-
Tributos a recuperar		90	-	Débitos nas operações de venda de gás	16	681	2.178
Outros ativos		993	993	Provisão para Contingências	18	1.164	1.346
Direito de Uso Arrendamento	9	1.457	-	Outros passivos		154	-
Intangível	10	43.717	41.015	Total dos passivos não circulantes		3.278	3.524
Total dos Ativos não circulantes		46.404	42.223	Patrimônio Líquido	19		
				Capital social		57.458	55.978
				Reserva de lucro		7.116	8.214
				Dividendos Adicionais Propostos	15	600	4.762
				Total do patrimônio líquido		65.174	68.954
Total dos Ativos		85.065	92.859	Total do passivo e patrimônio líquido		85.065	92.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

	Capital Social	Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	54.576	6.069	1.402	4.132	-	66.180
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	19	1.402	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	(1.402)	-	-	-
Constituição de Reserva para Contingência		-	-	(4.132)	-	(4.132)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.236	11.236
Destinações do Lucro Líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	562	-	-	(562)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	1.582	-	(1.582)	-
Dividendos adicionais propostos (2,99)	15	-	-	4.762	(4.762)	-
Juros sobre capital próprio (2,72)	15	-	-	-	(4.331)	(4.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.978	6.632	1.582	4.762	-	68.954
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	19	1.481	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(4.762)	-	(4.762)
Reversão da Reserva para Contingência		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.559	4.559
Destinação do Lucro Líquido do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	228	-	-	(228)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	156	-	(156)	-
Dividendos adicionais propostos (0,37)	15	-	-	600	(600)	-
Juros sobre capital próprio (2,19)	15	-	-	-	(3.575)	(3.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	57.458	6.860	256	600	-	65.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS Em milhares de reais			
	31/12/2019	31/12/2018	
Receitas	241.862	233.637	
Vendas de produtos e serviços	241.483	229.512	
Outras receitas	379	4.126	
Insumos adquiridos de terceiros	(150.385)	(138.969)	
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(138.699)	(117.143)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.686)	(21.826)	
Valor adicionado bruto	91.477	94.669	
Amortização	(5.400)	(5.613)	
Depreciação	(407)	-	
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	85.670	89.056	
Valor adicionado recebido em transferência	3.033	3.013	
Receitas financeiras	3.033	3.013	
Valor adicionado total a distribuir	88.703	92.069	
Distribuição do valor adicionado	88.703	92.069	
Pessoal:	13.515	13.055	
Remuneração direta	9.744	9.563	
Benefícios	3.077	2.767	
FGTS	694	725	
Impostos, taxas e contribuições:	69.576	66.599	
Federais	24.013	24.030	
Estaduais	45.533	42.564	
Municipais	30	5	
Remuneração de capitais de terceiros:	1.054	1.178	
Juros	262	220	
Aluguéis	792	958	
Remuneração de capitais próprios:	4.558	11.236	
Juros sobre capital próprio	3.575	4.331	
Dividendos	983	6.905	
Valor adicionado distribuído	88.703	92.069	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Em milhares de reais			
	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida - Venda de Gás	21	165.961	156.361
Receita de Construção (ICPC 01)	21	8.439	10.311
		174.400	166.672
Custo dos produtos vendidos	22	(138.213)	(125.119)
Custo de Construção (ICPC 01)	22	(8.439)	(10.311)
		(146.652)	(135.430)
Lucro bruto		27.748	31.242
Receitas (Despesas) operacionais		(25.853)	(21.712)
Despesas comerciais	23	(3.658)	(3.721)
Despesas gerais e administrativas	24	(17.093)	(15.923)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(5.102)	(2.068)
Lucro antes do resultado financeiro		1.895	9.530
Receitas financeiras	26	3.033	3.013
Despesas financeiras	26	(262)	(220)
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		4.666	12.323
Imposto de renda	27	(15)	(347)
Incentivo fiscal Sudene	27	(92)	(741)
Lucro líquido do exercício		4.559	11.236
Lucro básico e diluído por ação	28	2,79	7,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA Em milhares de reais			
	31/12/2019	31/12/2018	
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	4.559	11.236	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício			
Amortização	6.041	5.773	
Reversão contingência trabalhista	(183)	(23)	
Atualização líquida de top recuperável	(46)	(2.634)	
Perda no recebimento de crédito	33	52	
Atualização empréstimo	49	126	
	10.453	14.531	
(Aumento) Redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	3.149	(4.990)	
Contas a receber de parte relacionadas	754	(93)	
Estoques	511	(464)	
Tributos a recuperar	(638)	350	
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	47	13.341	
Despesas antecipadas	(7)	44	
Outros ativos	(6)	37	
Realizáveis a longo prazo	(22)	(16)	
Aumento (Redução) nos ativos operacionais			
Fornecedores	(1.541)	3.513	
Passivo de arrendamento	1.649	-	
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	(335)	236	
Tributos a pagar	(367)	(725)	
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	(1.545)	(3.158)	
Outros passivos	86	53	
Outros não circulante	-	(80)	
Caixa proveniente das operações	12.188	22.579	
Juros pagos empréstimo	(49)	(139)	
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	12.139	22.440	
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de arrendamento	(1.865)	-	
Aquisição de intangível	(8.336)	(9.351)	
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(10.202)	(9.351)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(4.762)	(4.132)	
Juros capital próprio pagos	(4.236)	(3.685)	
Pagamentos de empréstimo (principal)	(1.116)	(1.116)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(10.114)	(8.933)	
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.177)	4.156	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.087	28.931	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24.910	33.087	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - Em milhares de Reais			
	31/12/2019	31/12/2018	
Lucro líquido do exercício	4.559	11.236	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultados abrangente total do exercício	4.559	11.236	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- Em milhares de Reais

1. Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGAS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARP (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Provisão para perda de créditos;
- Nota 10 - Intangível; e
- Nota 18 - Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

3.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado.

ii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº 6b.

iv. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: contas a receber de clientes e outros créditos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

3.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

3.3. Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.4. Estoques

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em

grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

3.7. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

3.8. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa nº 21.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme nota explicativa nº 27 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE. O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

3.11. Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidênciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

3.12. Benefício a empregados**a) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas a medida em que o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões;
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

3.13. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

3.14. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.15. Novos Pronunciamentos Contábeis**a) CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes**

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da PBGÁS avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição

patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

b) CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos

requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de Impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

		31/12/2019		31/12/2018			
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
Ativo (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.910	24.910	33.087	33.087	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado
Contas a receber, líquidas	6	9.739	9.739	13.675	13.675	Empréstimos e recebíveis	Custo Amortizado
Gás Pago E Não Retirado (Take Or Pay)	8	126	126	128	128	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
		34.775	34.775	46.890	46.890		
Passivos (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	11	10.334	10.334	11.875	11.875	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo Amortizado
Juros sobre capital próprio a pagar	15	3.130	3.130	3.791	3.791	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo Amortizado
Gás Recebido E Não Entregue (Take Or Pay)	16	703	703	2.249	2.249	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
		14.167	14.167	17.915	17.915		

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.

4. Alterações em políticas contábeis adotadas pela Companhia

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações contábeis são as mesmas aplicadas nas últimas demonstrações contábeis anuais.

4.1. CPC 06 (R2) IFRS 16 - Arrendamento

A IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas. Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a Companhia utilizou taxa incremental para fins de adoção da IFRS 16/CPC 06.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos operacionais de imóveis, a Companhia reconheceu R\$ 1.457 de ativos de direito de uso e R\$ 1.649 de passivos de arrendamento em 01/01/2019. Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o ano de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 407 de depreciação e R\$ 176 de juros destes arrendamentos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa - fundo fixo	13	13
Bancos – conta movimento	2.070	9.141
Aplicações financeiras	22.719	23.124
Caixa e equivalentes de caixa	24.802	32.278
Valores em trânsito	108	809
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	24.910	33.087

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2019 girou em torno de 98% do CDI diário, com "target" de 100% sendo o benchmark a ser atingido sobre as disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

6. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2019	31/12/2018
Segmento veicular	3.190	3.033
Segmento industrial	4.780	8.354
Segmento comercial	1.068	939
Segmento residencial	720	579
Subtotal	9.758	12.905
Penalidade Contratual	14	16
Contas a receber de clientes	9.772	12.921
Segmento automotivo Partes relacionadas-BR Distribuidora (NE 18)	-	754
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	9.772	13.675
Perda Esperada de Clientes (b)	(33)	-
Contas a receber de clientes líquida e partes relacionadas	9.739	13.675

a. Por vencimento

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer		
1 a 30 dias	9.242	13.387
Vencidos		
31 a 60 dias	515	275
61 a 90 dias	7	7
Acima de 90 dias	8	6
	530	288
Contas a receber de clientes	9.772	13.675



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

b. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 33.

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos e também considerou as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicado sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como Impairment dos seus ativos financeiros.

7. Tributos a recuperar	31/12/2019	31/12/2018
IRRF	524	231
PIS	5	-
COFINS	25	-
IRPJ Estimativa	742	521
CSLL Estimativa	317	222
ICMS	25	26
	1.638	1.000

8. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2019	31/12/2018
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	126	128
	126	128

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação "take-or-pay" quando a retirada mínima de gás realizada fica abaixo de 70% do volume contratado na apuração mensal, de acordo com o estabelecido no contrato de compra de gás com a Petrobras. A Petrobras emite nota de débito equivalente a aplicação do preço de aquisição (sem ICMS) sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGAS retirar volumes superiores ao mínimo exigido em contrato, definido em 70% da QDC.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse "take-or-pay" e recupera este crédito no pagamento de faturas posteriores da Petrobras. Estes créditos são atualizados de acordo com a regra contratual de reajuste do preço do gás por parte da supridora, tendo

a. Composição

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.874	(949)	925	1.080	(832)	248
Hardware	3.373	(1.684)	1.689	2.059	(1.487)	572
Rede de Distribuição	88.107	(65.532)	22.575	82.301	(61.970)	20.331
Ramais	40.226	(30.782)	9.444	37.716	(29.283)	8.433
Outros	3.678	(2.295)	1.383	2.519	(2.142)	377
Intangível em formação (*)	6.690	-	6.690	9.942	-	9.942
	144.252	(101.242)	43.010	135.921	(95.714)	40.207
Intangível concessão						
Direitos de uso de softwares	1.851	(1.144)	707	1.846	(1.038)	808
	146.103	(102.386)	43.717	137.767	(96.752)	41.015

(*) A conta "Intangível em formação" refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

		31/12/2019			31/12/2018		
Contratos de concessões	Taxa de Amortização % a.a. *	Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Custo		135.920	8.331	144.251	126.569	9.351	135.920
Amortização	10	(95.713)	(5.529)	(101.242)	(90.043)	(5.670)	(95.713)
		40.207	2.803	43.010	36.526	3.681	40.207
Software e direito de uso							
Custo		1.846	5	1.851	1.846	-	1.846
Amortização	10	(1.038)	(106)	(1.144)	(935)	(103)	(1.038)
		808	(101)	707	911	(103)	808
Total do intangível		41.015	2.702	43.717	37.437	3.578	41.015

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato.

Foi apropriado como despesa com amortização no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 5.773 (R\$ 5.292 em 31/12/2018) e o total de adições no exercício líquido das baixas/transferências que afetaram o caixa foi de R\$ 9.351 (R\$ 6.474 em 31/12/2018).

11. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 20)	7.571	9.026
Fornecedores de materiais e serviços	2.763	2.849
	10.334	11.875

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

12. Empréstimos e Financiamentos

A Companhia recebeu, em 02/12/2016, o repasse no valor total de R\$ 3.348 do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE),

como contrapartida aumento (redução) do ativo e receita (despesa) operacional.

9. Arrendamento

Direito de uso e arrendamento	31/12/2019	Passivo de arrendamento	31/12/2019
Ativo direito de uso		<u>Circulante</u>	
Imóveis	1.864	Imóveis	499
(-) Amortização Acumulada	407	(-) AVP	(129)
	1.457		370

	<u>Não Circulante</u>	
Imóveis	1.452	
(-) AVP	(173)	
	1.279	

A vigência dos contratos de arrendamento são de 05 anos com término em 2023. O montante pago no exercício de 2019 foi de R\$ 545. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo IGP-M.

10. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

13. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Salários a pagar	13	4
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	517	477
Provisão para férias e encargos	1.278	1.208
Participação nos lucros e resultados	-	454
	1.808	2.143

14. Tributos a Pagar

	31/12/2019	31/12/2018
PIS a pagar	97	136
COFINS a pagar	448	628
INSS terceiros a pagar	90	203
IRRF a pagar	9	3
Outros tributos a pagar	59	101
	703	1.071

15. Dividendos e JSCP a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia decidiu, de acordo com a Lei nº 9.249/95, efetuar o crédito de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 3.575 (R\$ 4.331 em 31/12/2018) foi contabilizado para fins fiscais como despesa financeira conforme determina a legislação.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	4.559	11.236
(-) Reserva legal	(228)	(562)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(156)	(1.582)
Lucro líquido a ser distribuído	4.175	9.093

Dividendos propostos pela Administração

Dividendos propostos		
JSCP	3.575	4.331
(-) IRRF JSCP	(445)	(540)
JSCP a pagar	3.130	3.791

Na AGE de 13/12/2019 foi aprovado o crédito de R\$ 3.575 de Juros Sobre Capital Próprio aos acionistas, com pagamento em 30/04/2020, que após a incidência de imposto de renda na fonte, resulta no registro no passivo circulante no montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios.

Assim, ficam à disposição dos acionistas no Patrimônio Líquido, em conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R\$ 600 a título de dividendos adicionais propostos, em conformidade com proposta de distribuição integral do resultado do exercício de 2019, deduzidas a constituição da reserva legal e de incentivo fiscal, como demonstrado.

Os JSCP foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Juros	2019 IRRF	Líquido a pagar
Estado da Paraíba	608	-	608
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.484	(223)	1.261
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.484	(223)	1.261
Total	3.575	(445)	3.130

Acionistas	Juros	2018 IRRF	Líquido a pagar
Estado da Paraíba	737	-	737
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.797	(270)	1.527
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.797	(270)	1.527
Total	4.331	(540)	3.791

Conforme 25ª AGO realizada em 18 de abril de 2019 foi aprovado à distribuição de 100% do lucro líquido após a constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais referente ao exercício de 2018, com pagamento de JSCP no valor total de R\$ 3.791 realizado em 30/04/2019 e dos dividendos adicionais propostos no valor total de R\$ 4.762, em duas parcelas iguais de R\$ 2.381, em 30/04/2019 e 30/09/2019.

16. Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2019	31/12/2018
Conpel – Cia Nordestina de Papel	22	64
Clientes diversos	-	7
Total circulante:	22	71

Alpargatas S.A	-	10
Coteminas S.A	637	2.111
Refrescos Guararapes	44	57
Total não circulante:	681	2.178

Corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação "take-or-pay" quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGAS emite

proveniente de contrato de financiamento de obra de infraestrutura em rede de distribuição denominado, Projeto Borborema, na cidade de Campina Grande/PB. O montante fora amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com a primeira em 02/01/2017 e a última em 02/12/2019, com taxa de juros prefixada em 7,004% ao ano.

O encerramento do compromisso referente a garantia do financiamento foi feito com a liberação do instrumento de fiança pelo Banco do Nordeste efetivado em dezembro de 2019.

O total de juros pagos nos exercícios de 2019 e 2018 foi respectivamente de R\$ 49 e R\$ 139.

	31/12/2019	31/12/2018
Financiamento BNB - Circulante	-	1.116
	-	1.116



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural sem incidência de ICMS aplicado sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e o usuário realiza o pagamento, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre no momento em que o Cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse "take-or-pay" e o usuário utiliza este seu crédito no pagamento de faturas posteriores. Estes débitos são atualizados de acordo com a variação da tarifa da PBGÁS, tendo como contrapartida aumento (redução) do passivo e despesa (receita) operacional.

17. Outros passivos

	31/12/2019	31/12/2018
Penalidade Contratual (a)	240	312
Outros passivos	6	2
Total circulante	246	314

(a) Penalidade contratual: Refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte de gás natural disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar a retirada mínima de gás prevista contratualmente, a Petrobras emite nota de débito calculada pela diferença contratada e não retirada correspondente ao período, aplicando-se o valor unitário correspondente a parcela de transporte do preço de venda de gás pela Petrobras.

A redução de saldo se deve pela celebração do aditamento nº 8 junto à supridora que estabeleceu novo volume de referência para o cálculo da penalidade, reconhecida na rubrica de outras despesas operacionais sem direito à recuperação.

18. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R\$ 1.164 (R\$ 1.346 em 31/12/2018), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim demonstrada:

	31/12/2019	31/12/2018
Fiscal	-	25
Trabalhista	73	73
Cível	1.091	1.248
	1.164	1.346

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

(a) **Cíveis:** A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.091 (R\$ 1.248 em 31/12/2018). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	681
		1.091

(b) **Trabalhistas:** A Companhia possui processos trabalhistas e baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia permanece com a provisão no montante de R\$ 73 (R\$ 73 em 31/12/2018), considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0001217-31.2016.5.13.0002	09/07/2016	7
0001632-08.2017.5.13.0025	21/11/2017	66
		73

Abaixo relação dos principais processos trabalhistas considerados como possíveis:

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0097500-61.2013.5.13.0022	09/07/2013	70
0097501-46.2013.5.13.0022	25/08/2014	1.637
0012900-42.2014.5.13.0000	28/05/2014	100
0000292-37.2015.5.06.0011*	10/03/2015	38
0000995-07.2016.5.06.0019*	25/07/2016	250
0001126-73.2016.5.06.0021*	04/08/2016	100
0001021-20.2016.5.06.0014*	25/07/2016	100
0000469-27.2016.5.13.0025*	28/03/2016	40
		2.335

*Responsabilidade subsidiária.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está assim demonstrada:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	1.346	1.446
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(182)	(100)
	1.164	1.346

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 57.458 (R\$ 55.978 em 31/12/2018), compostos por 1.636.116 (1.593.932 em 31/12/2018) ações sem valor nominal, sendo 545.372 (531.312 em 31/12/2018) ações ordinárias e 1.090.744 (1.062.620 em 31/12/2018) ações preferenciais, todas de classe única. O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	% Total de ações	Capital social 31/12/2019
Estado da Paraíba	278.142	51,0	-	-	278.142
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	133.615	24,5	545.372	50	678.987
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	133.615	24,5	545.372	50	678.987
Total	545.372	100	1.090.744	100	1.636.116

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	% Total de ações	Capital social 31/12/2018
Estado da Paraíba	270.970	51,0	-	-	270.970
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	130.171	24,5	531.310	50	661.481
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	130.171	24,5	531.310	50	661.481
Total	531.312	100	1.062.620	100	1.593.932

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 1.481 (1.402 em 31/12/2018), proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 42.184 (39.932 em 31/12/2018) ações, sendo 14.060 (13.312 em 31/12/2018) ordinárias e 28.124 (26.620 em 31/12/2018) preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

b. Reserva de lucros

(i) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) **Reserva de incentivos fiscais:** É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

Reserva para reinvestimento: Em 2019 a Companhia protocolou o pleito e aguarda a aprovação junto à SUDENE referente ao incentivo fiscal do Reinvestimento do Imposto de Renda referente ao exercício de 2018. Quando da aceitação do pleito por parte da SUDENE o valor correspondente será utilizado para aumento de capital deliberado em Assembleia de acionista, sendo vedada a sua distribuição na forma de dividendos. O benefício consiste em depósito, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A, referente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, de acordo com a Lei 5.508/68.

20. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado no período de 12 (doze) meses em 2019 e 2018, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	BR Distribuidora		Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita de vendas	9.047	16.367	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de gás natural (*)	-	-	128.105	115.287	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – Venda de gás natural	-	754	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito nas operações de aquis. de gás (*)	-	-	126	128	-	-	-	-	-	-
Fornecedor	-	-	7.572	9.026	-	-	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	-	-	1.261	1.527	1.261	1.527	608	737

(*) As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos

As transações de compra de gás natural estão garantidas através de contrato firmado entre a PBGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A em 1º de abril de 2009, bem como seus aditamentos, cuja quantidade de gás estabelecida é de 260.000 m³/dia a partir de 01 de julho de 2019, conforme estabelecido em seu 8º aditamento.

A Companhia celebrou em 1º de julho de 2019, um novo contrato de suprimento de gás firme inflexível ("Novo Mercado de Gás) com vigência entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, cuja quantidade diária contratada (QDC) é de 260.000 m³/dia.

21. Receita líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta		
Gás automotivo	73.235	77.640
Gás combustível	144.260	129.929
Gás residencial	7.690	6.022
Gás comercial	7.923	5.972
	233.108	219.563
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(45.526)	(42.564)
PIS	(3.845)	(3.617)
COFINS	(17.711)	(16.659)
Vendas Canceladas	(65)	(362)
Receita líquida	165.961	156.361
Receita de construção - ICPC 01	8.439	10.311

22. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2019	31/12/2018
Custo de gás natural (a)	(128.105)	(115.287)
Custo de distribuição	(5.263)	(4.650)
Amortização	(4.845)	(5.182)
	(138.213)	(125.119)
Custo de Construção – ICPC 01	(8.439)	(10.311)
(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:		
	31/12/2019	31/12/2018
Gás veicular	(39.723)	(39.203)
Gás industrial	(83.076)	(72.290)
Gás residencial	(2.175)	(1.593)
Gás comercial	(3.131)	(2.201)
	(128.105)	(115.287)
23. Despesas comerciais		
	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.518)	(2.297)
Serviços de terceiros	(258)	(255)
Conversões de Clientes	(882)	(1.169)
	(3.658)	(3.721)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

24. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(10.370)	(10.387)
Serviços de terceiros	(2.194)	(1.779)
Gerais e administrativas	(1.558)	(932)
Aluguéis	(497)	(680)
Viagens e representações	(394)	(356)
Amortização	(554)	(431)
Depreciação - Arrendamento	(407)	-
Tributárias	(1.119)	(1.358)
	(17.093)	(15.923)

25. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Outras Receitas Operacionais		
Ganho na atualização das operações de gás	25	2.011
Receita de "take or Pay"	-	1.634
Reversão provisão contingências	183	-
Outras receitas operacionais	13	318
Receita de penalidade contratual	158	163
	379	4.126

	31/12/2019	31/12/2018
Outras Despesas Operacionais		
Despesas de provisões	-	(52)
Perda na atualização das operações de gás	(72)	(1.225)
Despesa de penalidade contratual	(5.255)	(4.900)
Indenizações e ressarcimentos	(85)	-
Outras despesas operacionais	(69)	(17)
	(5.481)	(6.194)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.	(5.102)	(2.068)
--	----------------	----------------

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Encargo de Capacidade: consiste na remuneração mínima mensal devida ao supridor, Petrobras, quando da retirada do gás for inferior a 100% da QDC, apurado mensalmente. Este encargo consiste exclusivamente pelos valores fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizado à Companhia;

Penalidades por erro de programação: penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme regra contratual.

26. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	1.479	1.797
Juros/multas - Clientes	1.499	1.110
Outras receitas financeiras	55	106
	3.033	3.013

Despesas financeiras		
Juros e multas	(49)	(127)
Descontos concedidos	(16)	(21)
Variação monetária - Ativo de arrendamento	(176)	-
Outras despesas financeiras	(21)	(72)
	(262)	(220)

27. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	4.666	12.323
Adições e exclusões permanentes		
Brindes e patrocínios	88	119
Provisões não dedutíveis	-	150
Reversão provisões	(310)	(100)
Reversão JSCP	(3.575)	(4.331)
(+/-). Outros	161	68
Total	1.030	8.229

Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
--	-----	----	-----	----

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(233)	(233)	(2.033)	(741)
---	-------	-------	---------	-------

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	6	-	49	-
(+/-). Outros	56	-	56	-

Imposto de renda e contribuição social corrente	(171)	(233)	(1.928)	(741)
--	--------------	--------------	----------------	--------------

(-) Incentivos fiscais SUDENE	156	-	1.481	-
(-) Incentivos fiscais SUDENE - Reinvest.	-	-	101	-
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(92)	(346)	(741)
Alíquota efetiva do IR e CSLL	1,45%	9%	4,2%	9%

(a) Através da Portaria MDR nº 2.154/19, o Governo Federal suspendeu o benefício fiscal do Reinvestimento para 2019, sendo contempladas apenas as empresas que realizaram depósitos em 2018.

28. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	4.559	11.236
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.636	1.594
Lucro/ação (R\$/mil)	2,79	7,05

29. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) Acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2019 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.270 (R\$ 1.040 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2019 e vigências até junho de 2020, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	6.737
Total Segurado	20.237

31. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em

derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGAS.

b) Risco de taxas de juros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações contábeis.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

32. Eventos subsequentes

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis será aprovada pela Diretoria da Companhia em reunião do dia 19 de fevereiro de 2020. Não se evidenciam eventos subsequentes que sejam significativos para divulgação das suas demonstrações de dezembro de 2019.

João Pessoa, 19 de fevereiro de 2019.

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves
Diretora Presidente (em exercício)
Diretora Administrativa Financeira

Paulo Sérgio de Sá Campos
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Diretora Presidente da
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS
João Pessoa – PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Paraibana de Gás - PBGAS** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Técnica e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

51ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

No dia 17 de março de 2020, na sede social da Companhia Paraíba de Gás – PBGAS, situada à Rua Antônio Rabelo Júnior, nº 161, Eco Business Center, 19º andar, Miramar, João Pessoa/PB, realizou-se a 51ª reunião do Conselho Fiscal da PBGAS para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2019, bem como, a proposta de Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2019 (**Proposta DIREX nº 449/2020**). Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal decide exarar o seguinte Parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS procederam o exame do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, em 19 de fevereiro de 2020, concluem que as referidas Demonstrações Contábeis obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, **opinando favoravelmente** à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente, o Conselho Fiscal **opina favoravelmente** à Proposta da Diretoria Executiva ao CAD nº 449/2020, referendada pelo Conselho de Administração, através da Ata de sua 209ª Reunião, realizada em 17.03.2020, às 9:30 horas, referente à **destinação do Lucro Líquido do exercício 2019**, conforme segue:

Apresentação Lucro Líquido	2019 R\$
Lucro Líquido do exercício	4.558.628,28
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(227.931,41)
(-) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	(155.595,32)
Lucro à disposição dos Acionistas	4.175.101,55
Juros sobre Capital Próprio	3.575.442,20
Dividendo adicional à disposição da AGO	599.659,35

João Pessoa, 17 de março de 2020.

PAULO MÁRCIO SOARES MADRUGA
SEVERINO GILSON PEIXOTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
ANDRÉ QUIRINO PAIVA
ALYNE VALENTIM MUNIZ
CELSO JOSÉ DE FARIA VIANA

SUCONOR S/A
C.N.P.J. nº 12.726.493/0001-20

ASSEMBLÉIAS-GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas da Suconor S/A, para reunirem em Assembléias-Gerais Ordinária e Extraordinária, as quais serão realizadas cumulativamente, no dia 20 de abril de 2020, a partir das 09:00 horas, no escritório administrativo localizado na Rua Capitão José Rodrigues do Ó, nº 501 – Distrito Industrial de João Pessoa - PB. CEP 58.082-060, com finalidade de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: I) Assembleia Geral Ordinária – a) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; b) Deliberar sobre o resultado do exercício; c) Fixar a remuneração dos administradores da sociedade; II) Assembleia Geral Extraordinária – a) Deliberar sobre o aumento do Capital Social Autorizado de R\$ 44.000.000,00 (Quarenta e quatro milhões de reais) para R\$ 84.000.000,00 (Oitenta e quatro milhões de reais), representado por Ações Ordinárias; Ações Preferenciais Classe “A”; Ações Preferenciais Classe “B” e Ações Preferenciais Classe “C”; b) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; c) Tratar de outros assuntos de interesse social. AVISOS AOS ACIONISTAS: Comunicamos que se encontram as disposições dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.638/2007, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019.

João Pessoa - PB, 18 de abril de 2020.

Ass. Gustavo Roberto Ganzerli Nahas
Presidente do Conselho de Administração.

CENTRAIS ELÉTRICAS DA PARAÍBA S.A. - EPASA
CNPJ/MF nº 10.366.780/0001-41 - NIRE nº 25.300.010.088

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“Companhia” ou “EPA-SA”), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada no dia 06 de abril de 2020, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Projetada s/nº - Engenho Triunfo - Estrada do Aterro Sanitário, Km 01 - Distrito Industrial - CEP: 58000-000, cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como deliberar sobre a destinação dos resultados apurados; (2) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (3) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (4) Fixar o montante da Remuneração dos administradores da Companhia. Instruções Gerais: 1. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. 2. O acionista que desejar ser representado por procurador, constituído na forma do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, deverá depositar o respectivo mandato na sede da Companhia, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia Geral.

João Pessoa, 19 de março de 2020.

Karin Regina Luchesi
Presidente do Conselho de Administração.